

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Conjuntura Econômica

O Banco Santander, controlador da Santander Leasing, destaca que os últimos meses apresentaram muita volatilidade no mercado brasileiro, com forte movimento na taxa de câmbio, bolsa de valores, curva de juros, entre outros ativos. Na visão do Banco, essas mudanças refletiram tanto aspectos domésticos quanto internacionais.

No cenário global, o Santander avalia que as discussões comerciais entre Estados Unidos e China ainda não chegaram a uma conclusão e têm sido um dos principais motivos para o aumento da aversão a risco no mundo. Além disso, na visão do Banco, os dados positivos da economia americana levam o mercado a alimentar expectativas de altas adicionais dos juros por lá, impactando países emergentes, inclusive o Brasil. A combinação desses fatores, na análise do Santander, explica o movimento de fortalecimento do Dólar em relação à maioria das moedas, inclusive o Real.

No que diz respeito aos fatores internos, o Banco Santander acredita que as incertezas sobre o quadro eleitoral continuam como um dos principais motivos por trás das oscilações nos mercados. Como exemplo, a taxa de câmbio teve desvalorização superior a 15% no segundo trimestre, levando o Bacen a realizar intervenções (principalmente no mês de junho, via oferta superior a US\$35 bilhões em swaps cambiais) para mitigar os movimentos da moeda. O Santander segue prevendo que a taxa de câmbio encerrará 2018 a R\$/US\$3,50, devido à dissipação das incertezas com as eleições, mas com muitas oscilações até lá.

Já sobre a atividade produtiva, o Banco ressalta que as projeções do mercado têm sido reavaliadas para baixo, principalmente, após a paralisação do transporte de cargas que ocorreu no final de maio. Mas, na visão do Santander, isso não quer dizer que haverá recessão na economia brasileira; a expectativa ainda é de crescimento, mas ele deve acontecer de forma mais lenta do que era esperado no início do ano. Com isso, o Santander reforça que a elevada ociosidade dos fatores de produção na economia doméstica não deverá ser eliminada nos próximos trimestres, o que sustenta o cenário de inflação dentro da meta neste e no próximo ano e, consequentemente, manutenção da taxa Selic em patamares baixos por mais algum tempo. O Santander projeta elevação da taxa básica de juros somente no segundo semestre de 2019.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2018	30/06/2017		Nota	30/06/2018	30/06/2017
<b>Ativo Circulante</b>		<b>12.884.450</b>	<b>49.159.880</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>15.820</b>	<b>1.079.285</b>
Disponibilidades	4&18.d	11.238	10.009	Relações Interfinanceiras	18.d	923.183	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez no Mercado Aberto	5&18.d	6.941.227	38.463.709	Repasses Interfinanceiros		15.820	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		6.804.000	-	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.a	8.256	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		137.227	38.463.709	Instrumentos Financeiros Derivativos		8.256	-
<b>Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		<b>6.a</b>	<b>5.750.261</b>	<b>Outras Obrigações Sociais e Estatutárias</b>	17.b	317.514	484
Carteira Própria		5.750.261	10.471.818	Fiscais e Previdenciárias	14	111.702	166.457
Vinculados à Prestação de Garantias		-	1.591	Diversas	15	469.891	912.344
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>(14.269)</b>	<b>(19.942)</b>	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>12.837.821</b>	<b>48.571.786</b>
Arrendamentos a Receber:				<b>Recursos de Aceltes e Emissão de Títulos</b>	13&18.d	<b>11.421.920</b>	<b>47.640.919</b>
Sector Privado	7.b	844.502	939.433	Recursos de Debêntures		11.421.920	47.640.919
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	7.b	(840.593)	(938.003)	<b>Outras Obrigações</b>		<b>1.415.901</b>	<b>930.867</b>
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	7.f	(18.178)	(21.372)	Fiscais e Previdenciárias	14	100.744	82.947
<b>Outros Créditos</b>		<b>192.418</b>	<b>228.957</b>	Diversas	15	1.315.157	847.920
Rendas a Receber		904	5	<b>Patrimônio Líquido</b>	17	<b>5.696.475</b>	<b>5.899.400</b>
Créditos Tributários	8	147.506	203.900	Capital Social:			
Diversos	9	44.008	25.052	De Domiciliados no País		4.720.030	4.720.030
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>3.575</b>	<b>3.738</b>	Reservas de Lucros		898.595	1.107.630
Outros Valores e Bens	7.b	2.795	3.696	Ajustes de Avaliação Patrimonial		77.850	71.740
(Provisões para Desvalorizações)	7.b	(1.425)	(2.255)				
Despesas Antecipadas		2.205	2.297				
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>3.472.889</b>	<b>3.228.863</b>				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5&18.d	-	41.783				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	41.783				
<b>Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		<b>6.a</b>	<b>1.534.092</b>				
Carteira Própria		1.534.092	1.534.092				
Vinculados à Prestação de Garantias		-	-				
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>(41.850)</b>	<b>(29.102)</b>				
Arrendamentos a Receber:							
Sector Privado	7.b	955.580	921.785				
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	7.b	(953.176)	(920.076)				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	7.f	(44.254)	(30.811)				
<b>Outros Créditos</b>		<b>1.980.647</b>	<b>1.713.377</b>				
Créditos Tributários	8	516.318	387.650				
Diversos	9	1.464.329	1.325.727				
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>-</b>	<b>1</b>				
Despesas Antecipadas		-	1				
<b>Permanente</b>		<b>3.100.140</b>	<b>3.161.728</b>				
<b>Investimentos</b>		<b>295.788</b>	<b>310.467</b>				
Participações em Coligadas e Controladas - no País	10	295.788	310.467				
Outros Investimentos		2.015	2.017				
(Provisões para Perdas)		(2.015)	(2.016)				
<b>Imobilizado de Uso</b>		<b>11</b>	<b>-</b>				
Imóveis de Uso		1.387	1.387				
Outras Imobilizações de Uso		17	17				
(Depreciações Acumuladas)		(1.404)	(1.404)				
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>	7.b&12	<b>2.804.352</b>	<b>2.851.261</b>				
Bens Arrendados		5.161.805	5.600.480				
(Depreciações Acumuladas)		(2.357.453)	(2.749.219)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>19.457.479</b>	<b>55.550.471</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>19.457.479</b>	<b>55.550.471</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>4.720.030</b>	<b>356.350</b>	<b>43.830</b>	<b>-</b>	<b>5.699.279</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários Lucro Líquido		-	-	27.910	-	27.910
Destinações:					172.211	172.211
Reserva Legal	17.c	-	8.611	-	(8.611)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	17.c	-	-	81.800	(81.800)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	17.c	-	-	81.800	(81.800)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>		<b>4.720.030</b>	<b>364.961</b>	<b>71.740</b>	<b>-</b>	<b>5.899.400</b>
Mutações no Semestre		<b>-</b>	<b>8.611</b>	<b>163.600</b>	<b>27.910</b>	<b>200.121</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>4.720.030</b>	<b>380.319</b>	<b>634.483</b>	<b>90.740</b>	<b>5.825.572</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários Lucro Líquido	17.b	-	-	(12.890)	-	(12.890)
Juros sobre o Capital Próprio com base nas reservas estatutárias		-	-	(373.384)	-	(373.384)
Destinações:					257.177	257.177
Reserva Legal	17.c	-	12.859	-	(12.859)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	17.c	-	-	122.159	(122.159)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	17.c	-	-	115.215	(122.159)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>		<b>4.720.030</b>	<b>393.178</b>	<b>505.417</b>	<b>77.850</b>	<b>5.696.475</b>
Mutações no Semestre		<b>-</b>	<b>12.859</b>	<b>(129.066)</b>	<b>(12.890)</b>	<b>(129.097)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
<b>1. Contexto Operacional</b>			
O Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474, Bloco C, 1º andar, Santo Amaro, CEP 04752-901, São Paulo - SP atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander. As operações da Santander Leasing são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.			
<b>2. Apresentação das Demonstrações Financeiras</b>			
As demonstrações financeiras da Santander Leasing foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.			
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas em períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros.			
A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander Brasil S.A. (Banco Santander), investimento este que totaliza o equivalente a 78,57% do capital social da Santander Leasing e participação indireta equivalente a 21,42% através do Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe) (Nota 18.c). As normas do Bacen não prevêm a apresentação de demonstrações consolidadas, não obstante o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela Santander Leasing.			
O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2018 na reunião realizada em 10 de agosto de 2018.			
<b>3. Principais Práticas Contábeis</b>			
<b>a) Apuração do Resultado</b>			
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, <i>pro rata</i> dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.			
<b>b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação</b>			
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.			
<b>c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo</b>			
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados <i>pro rata</i> dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.			
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.			
<b>d) Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.			
<b>e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>			
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados <i>pro rata</i> dia.			
<b>f) Títulos e Valores Mobiliários</b>			
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:			
I - títulos para negociação;			
II - títulos disponíveis para venda;			
III - títulos mantidos até o vencimento.			
Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Santander Leasing de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelos valores de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados <i>pro rata</i> dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.			
(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período,			
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.			
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados <i>pro rata</i> dia.			
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.			
<b>g) Instrumentos Financeiros Derivativos</b>			
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.			
Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ( <i>hedge</i> ) podem ser classificados como:			
I - <i>hedge</i> de risco de mercado; e			
II - <i>hedge</i> de fluxo de caixa.			

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

**h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)**

A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

(a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

(b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

(c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente de sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, a Santander Leasing passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o *spread* de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

**i) Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas**

A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados *pro rata* até a data do balanço. Para operações vendidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MP) 140/1984.

A Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de arrendamento mercantil de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

**j) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

**k) Permanente**

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

**k.1) Investimentos**

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável. O ágio ou deságio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros. Especificamente o ágio está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

**k.2) Imobilizado de uso**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%.

**k.3) Imobilizado de Arrendamento**

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

**k.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação**

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a receber e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveni

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

## a) Títulos e Valores Mobiliários

## I) Resumo da Carteira por Categorias

	30/06/2018	30/06/2017		
			<b>Ajuste a Mercado</b>	
			<b>Refletido no Resultado</b>	
			<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Contábil</b>
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>5.863</b>	<b>5.863</b>	<b>5.863</b>	<b>5.477</b>
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FI	5.863	5.863	-	5.477
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>7.294.255</b>	<b>(15.765)</b>	<b>7.278.490</b>	<b>11.970.736</b>
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN F (1)	1.612.397	(15.765)	1.596.632	1.575.601
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento	5.681.858	-	5.681.858	10.395.135
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>7.300.118</b>	<b>(15.765)</b>	<b>7.284.353</b>	<b>11.970.213</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.750.281</b>	<b>10.473.409</b>	<b>5.750.281</b>	<b>10.473.409</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>(19.403)</b>	<b>11.147</b>	<b>(8.256)</b>	<b>-</b>
<b>Derivativos (Passivo)</b>	<b>(19.403)</b>	<b>11.147</b>	<b>(8.256)</b>	<b>-</b>
<b>Circulante</b>	<b>(19.403)</b>	<b>11.147</b>	<b>(8.256)</b>	<b>-</b>
<b>II) Abertura por Vencimento</b>				
			<b>30/06/2018</b>	
			<b>Sem Vencimento</b>	<b>Até 3 Meses</b>
			<b>De 1 a 3 Anos</b>	<b>Total</b>
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>5.863</b>	<b>-</b>	<b>5.863</b>	<b>5.863</b>
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FI	5.863	-	5.863	5.863
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>5.681.858</b>	<b>62.540</b>	<b>1.534.092</b>	<b>7.278.490</b>
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN F (1)	-	62.540	1.534.092	1.596.632
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento	5.681.858	-	-	5.681.858
<b>Total</b>	<b>5.687.721</b>	<b>62.540</b>	<b>1.534.092</b>	<b>7.284.353</b>

(1) Em 30 de junho de 2018, inclui o valor de R\$1.596.632 de títulos objeto de hedge de risco de mercado (Nota 6.b.ii)

## Abertura das cotas de Fundos de Investimento

	30/06/2018	30/06/2017		
			<b>30/06/2018</b>	
			<b>Sem Vencimento</b>	<b>Até 3 Meses</b>
			<b>De 1 a 3 Anos</b>	<b>Total</b>
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>5.863</b>	<b>-</b>	<b>5.863</b>	<b>5.863</b>
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FI	5.863	-	5.863	5.863
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>5.681.858</b>	<b>62.540</b>	<b>1.534.092</b>	<b>7.278.490</b>
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN F (1)	-	62.540	1.534.092	1.596.632
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento	5.681.858	-	-	5.681.858
<b>Total</b>	<b>5.687.721</b>	<b>62.540</b>	<b>1.534.092</b>	<b>7.284.353</b>

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

## b) Instrumentos Financeiros Derivativos

## i) Derivativos Utilizados como Instrumentos de Hedge

	30/06/2018	30/06/2017		
			<b>30/06/2018</b>	
			<b>Valor da Curva</b>	<b>Ajuste a Mercado</b>
			<b>11.147</b>	<b>(8.256)</b>
<b>Hedge de Risco de Mercado</b>	<b>1.589.595</b>	<b>(130)</b>	<b>1.589.465</b>	<b>1.589.465</b>
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	1.589.595	(130)	1.589.465	1.589.465
<b>Passivo</b>	<b>(1.608.998)</b>	<b>11.277</b>	<b>(1.597.721)</b>	<b>(1.597.721)</b>
Taxa de Juros Pré - Reais	(1.608.998)	11.277	(1.597.721)	(1.597.721)

## ii) Objeto de Hedge - Valor da Curva

	30/06/2018	30/06/2017		
			<b>30/06/2018</b>	
			<b>Valor da Curva</b>	<b>Ajuste a Mercado</b>
			<b>1.612.397</b>	<b>(15.765)</b>
<b>Ativo</b>	<b>1.612.397</b>	<b>(15.765)</b>	<b>1.596.632</b>	<b>1.596.632</b>
Títulos e Valores Mobiliários	1.612.397	(15.765)	1.596.632	1.596.632
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	-

## c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado a gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. A Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Santander Leasing e seus eventuais *hedges*.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

A Santander Leasing efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Leasing, referente a carteira *banking*, para cada um dos cenários da carteira do dia 30 de junho de 2018, e não apresenta saída na carteira de negociação.

	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<b>Fatores de Risco</b>				
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas Juros Pré - Fixadas	(1.671)	(31.510)	(65.384)
<b>Total (1)</b>		<b>(1.671)</b>	<b>(31.510)</b>	<b>(65.384)</b>

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

**Cenário 1:** choque de +10 bps nas curvas de juros.

**Cenário 2:** choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

**Cenário 3:** choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

## 7. Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas

## a) Composição da Carteira ao Valor Presente

	30/06/2018	30/06/2017		
			<b>30/06/2018</b>	
			<b>1.915.727</b>	<b>1.974.115</b>
<b>Total</b>	<b>1.915.727</b>	<b>1.974.115</b>	<b>1.915.727</b>	<b>1.974.115</b>
<b>Circulante</b>	<b>962.471</b>	<b>1.058.902</b>	<b>962.471</b>	<b>1.058.902</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>953.256</b>	<b>915.213</b>	<b>953.256</b>	<b>915.213</b>

(1) Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

## b) Carteira de Arrendamento

	30/06/2018	30/06/2017		
			<b>30/06/2018</b>	
			<b>2.224.801</b>	<b>2.280.564</b>
<b>Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>2.224.801</b>	<b>2.280.564</b>	<b>2.224.801</b>	<b>2.280.564</b>
Arrendamentos a Receber	1.800.082	1.861.218	1.800.082	1.861.218
Valores Residuais a Realizar (1)	424.719	419.346	424.719	419.346
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.793.769)	(1.858.079)	(1.793.769)	(1.858.079)
Valores Residuais a Balançar	(424.719)	(419.346)	(424.719)	(419.346)
Bens não de Uso Próprio	1.370	1.441	1.370	1.441
Imobilizado de Arrendamento (Nota 12)	2.804.352	2.851.261	2.804.352	2.851.261
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 15)	(896.308)	(881.726)	(896.308)	(881.726)
<b>Total da Carteira de Arrendamento ao Valor Presente</b>	<b>1.915.727</b>	<b>1.974.115</b>	<b>1.915.727</b>	<b>1.974.115</b>

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$309.074 (30/06/2017 - R\$306.449).

Em 30 de junho de 2018 e de 2017, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

## Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	30/06/2018	30/06/2017		
			<b>30/06/2018</b>	
			<b>7.258</b>	<b>14.613</b>
<b>Vencidas</b>	<b>7.258</b>	<b>14.613</b>	<b>7.258</b>	<b>14.613</b>
A Vencer:				
Até 3 Meses	302.742	341.951	302.742	341.951
De 3 a 12 Meses	733.363	783.859	733.363	783.859
De 1 a 5 Anos	1.176.477	1.128.577	1.176.477	1.128.577
Acima de 5 Anos	4.961	11.564	4.961	11.564
<b>Total</b>	<b>2.224.801</b>	<b>2.280.564</b>	<b>2.224.801</b>	<b>2.280.564</b>

## c) Carteira por Vencimento ao Valor Presente

	30/06/2018	30/06/2017		
			<b>30/06/2018</b>	
			<b>7.073</b>	<b>13.640</b>
<b>Vencidas</b>	<b>7.073</b>	<b>13.640</b>	<b>7.073</b>	<b>13.640</b>
A Vencer:				
Até 3 Meses	289.815	335.702	289.815	335.702
De 3 a 12 Meses	672.656	723.200	672.656	723.200
De 1 a 5 Anos	942.663	895.805	942.663	895.805
Acima de 5 Anos	3.520	5.768	3.520	5.768
<b>Total</b>	<b>1.915.727</b>	<b>1.974.115</b>	<b>1.915.727</b>	<b>1.974.115</b>

## d) Carteira por Setor de Atividades ao Valor Presente

	30/06/2018	30/06/2017		
			<b>30/06/2018</b>	
			<b>411.463</b>	<b>401.441</b>
<b>Setor Privado</b>	<b>411.463</b>	<b>401.441</b>	<b>411.463</b>	<b>401.441</b>
Indústria	358.314	284.269	358.314	284.269
Comércio	2.242	1.156	2.242	1.156
Instituições Financeiras	1.114.800	1.264.684	1.114.800	1.264.684
Serviços e Outros	21.960	15.645	21.960	15.645
Pessoas Físicas - Financiamento e Leasing de Veículos	6.948	6.920	6.948	6.920
<b>Total</b>	<b>1.915.727</b>	<b>1.974.115</b>	<b>1.915.727</b>	<b>1.974.115</b>

## e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

	30/06/2018					30/06/2017				
Nível de Risco	% Provisão Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total	Provisão Requerida	% Provisão Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total	Provisão Requerida
A	0,5%	663.872	-	663.872	3.319	0,5%	663.872	-	663.872	3.319
B	1%	118.048	2.549	120.597	1.206	1%	118.048	2.549	120.597	1.206
C	3%	18.378	1.721	20.099	603	3%	18.378	1.721	20.099	603
D	10%	7.617	1.855	9.472	947	10%	7.617	1.855	9.472	947
E	30%	10.622	2.879	13.501	4.050	30%	10.622	2.879	13.501	4.050
F	50%	318	4.584	4.902	2.451	50%	318	4.584	4.902	2.451
G	70%	-	3.021	3.021	2.115	70%	-	3.021	3.021	2.115
H	100%	36.238	11.503	47.741	47.741	100%	36.238	11.503	47.741	47.741
<b>Total</b>		<b>1.887.615</b>	<b>28.112</b>	<b>1.915.727</b>	<b>62.432</b>		<b>1.887.615</b>	<b>28.112</b>	<b>1.915.727</b>	<b>62.432</b>

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas a mais de 14 dias.

## f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017		
			<b>01/01 a 30/06/2018</b>	
			<b>60.727</b>	<b>44.689</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>60.727</b>	<b>44.689</b>	<b>60.727</b>	<b>44.689</b>
Constituições	2.341	8.853	2.341	8.853
Baixas	(6.366)	(1.359)	(6.366)	(1.359)
<b>Saldo Final</b>	<b>62.432</b>	<b>52.183</b>	<b>62.432</b>	<b>52.183</b>
<b>Circulante</b>	<b>18.178</b>	<b>21.372</b>	<b>18.178</b>	<b>21.372</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>44.254</b>	<b>30.811</b>	<b>44.254</b>	<b>30.811</b>
Créditos Recuperados (1)	3.333	2.701	3.333	2.701

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

## g) Créditos Renegociados

	30/06/2018	30/06/2017		
			<b>30/06/2018</b>	
			<b>70.095</b>	<b>87.570</b>
<b>Créditos Renegociados</b>	<b>70.095</b>	<b>87.570</b>	<b>70.095</b>	<b>87.570</b>
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(45.624)	(27.654)	(45.624)	(27.654)
Percentual de cobertura sobre a carteira de renegociação	65,1%	31,6%	65,1%	31,6%

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 21. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Atualização de Depósitos Judiciais	24.172	34.142
Atualização de Impostos a Compensar	13.680	21.673
Recuperação de Encargos e Despesas	3.606	1.429
Reversão de Provisões Operacionais - Cíveis (Nota 16.c)	14.094	-
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	151	127
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	1.511	2.326
Apropriação Deságio - Santander Finance Arrendamento Mercantil	9.398	8.721
Outras	88	-
<b>Total</b>	<b>66.700</b>	<b>68.418</b>

### 22. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 16.c)	9.268	4.214
Trabalhistas (Nota 16.c)	24	-
Cíveis (Nota 16.c)	-	4.304
Atualização Monetária	16.512	28.972
Gastos com Contratos em Atraso	391	459
Comissões de Agenciamento e Fiança	402	1.515
Outras	1.567	1.725
<b>Total</b>	<b>28.164</b>	<b>41.189</b>

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### Presidente

José de Paiva Ferreira

#### Conselheiros

Angel Santodomingo Martell

Carlos Rey de Vicente

Amancio Acúrcio Gouveia

Antonio Pardo Santayana Montes

Rafael Bello Noya

### Contador

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Porque é um PAA

#### Provisões para passivos contingentes (Notas Explicativas 31 e 16)

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração da Instituição, o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

### Ambiente de tecnologia da informação

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do BACEN, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes tributários e as divulgações em notas explicativas.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre, a completude das informações e o valor calculado das provisões.

Com o apoio de nossos especialistas, realizamos entendimento quanto a razoabilidade do prognóstico de perda de novas causas significativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas estão consistentes com o exercício anterior, e são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e testamos a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores para a infraestrutura que suporta o negócio da Instituição.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável, para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

### 25. Outras Informações

#### a) Comitê de auditoria

Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, a Santander Leasing aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito,

que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

#### b) Cancelamento de registro da Santander Leasing na Companhia de Valores Mobiliários - CVM

Em 27 de julho de 2018, a Santander Leasing solicitou o cancelamento de registro da Companhia na categoria B perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em razão da Companhia demonstrar haver cumprido com o requisito do art. 47, inciso IV, da instrução CVM 480, na medida em que houve a anuência expressa do titular da única modalidade de valor mobiliário em circulação emitida pela Companhia, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, em relação ao cancelamento de registro de emissor categoria B.

### DIRETORIA

#### Diretor Presidente

Angel Santodomingo Martell

#### Diretores

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de agosto de 2018



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Maria José de Mula Cury

Contadora

CRC 1SP192785/O-4